

Poder Judiciário da União
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS TERRITÓRIOS

Órgão Conselho Especial

Processo N. MANDADO DE SEGURANÇA CÍVEL 0711830-52.2020.8.07.0000

IMPETRANTE(S) CORA CORALINA VIANA NASCIMENTO

IMPETRADO(S) DISTRITO FEDERAL e SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Relator Desembargador SEBASTIÃO COELHO

Relatora Designada Desembargadora LEILA ARLANCH

Acórdão N° 1315655

EMENTA

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. REUNIÃO DE PROCESSOS. CONEXÃO INEXISTENTE. SECRETÁRIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DF. ILEGITIMIDADE PASSIVA. ACOLHIDA. TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. DECISÃO Nº 850/2020. ILEGALIDADE E ABUSIVIDADE. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA.

1. Não há falar em prevenção a ensejar a reunião de todos os processos, porquanto inexiste a necessária conexão, seja em face dos diferentes autores bem como, em alguns casos, das autoridades impetradas.
2. Constatado que o ato apontado como coator é decisão emanada do Tribunal de Contas do DF, sendo a Secretária de Estado apenas executora da deliberação do órgão fiscalizador, para o qual, inclusive, há expressa cominação legal de pena administrativa, resta patente a ilegitimidade passiva da Secretária do SEDES/DF
3. Nos termos do art. 5º, inciso LXIX, da Constituição da República, e do art. 1º da Lei nº 12.016/2009, o mandado de segurança visa proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.
4. Não há falar em ilegalidade ou abusividade na atuação do Tribunal de Contas do DF em razão de provocação do Ministério Público, diante da constatação que a metodologia adotada pela banca examinadora na atribuição dos pontos em face das questões anuladas, estava em desconformidade com as disposições da Lei nº 4.949/2012.
5. O candidato que se inscreve em concurso público se submete às normas legais que regem o certame, às disposições editalícias específicas do concurso que está realizando, aí incluídas eventuais retificações que



se fizerem necessárias durante o processo seletivo. Por força das disposições constitucionais e legais, atinentes à competência do órgão de controle externo, o participante de concurso público também está submetido às decisões do Tribunal de Contas no exercício do controle externo do processo seletivo.

6. A nova fixação proporcional da pontuação mínima para não eliminação do candidato com o arredondamento da pontuação feito para baixo está em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, consoante já manifestado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça (REsp 488.004/PI e AgInt no REsp 1392816/PE)

7. Pedido de reunião de processo indeferido. Preliminar de ilegitimidade passiva da Secretária da SEDES/DF acolhida. Mandado de segurança conhecido, ordem denegada.

ACÓRDÃO

Acordam os Senhores Desembargadores do(a) Conselho Especial do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios, SEBASTIÃO COELHO - Relator, LEILA ARLANCH - Relatora Designada e 1º Vogal, FÁTIMA RAFAEL - 2º Vogal, MARIA DE LOURDES ABREU - 3º Vogal, MARIO MACHADO - 4º Vogal, CRUZ MACEDO - 5º Vogal, WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - 6º Vogal, HUMBERTO ULHÔA - 7º Vogal, J. J. COSTA CARVALHO - 8º Vogal, SANDRA DE SANTIS - 9º Vogal, ANA MARIA AMARANTE - 10º Vogal, JAIR SOARES - 11º Vogal, MARIO-ZAM BELMIRO - 12º Vogal, NILSONI DE FREITAS CUSTODIO - 13º Vogal, JESUINO RISSATO - 14º Vogal, ROBERTO FREITAS - 15º Vogal e ALFEU MACHADO - 16º Vogal, sob a Presidência do Senhor Desembargador ROMEU GONZAGA NEIVA, em proferir a seguinte decisão: Acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do DF e rejeitada a preliminar de conexão, à unanimidade, no mérito denegada a segurança. Maioria. Redigirá o acórdão a eminente Des^a. Leila Arlanch., de acordo com a ata do julgamento e notas taquigráficas.

Brasília (DF), 02 de Fevereiro de 2021

Desembargadora LEILA ARLANCH
Relatora Designada

RELATÓRIO

Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado por CORA CORALINA VIANA NASCIMENTO, contra ato do PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL, **que no dispositivo do item 06, da letra C da decisão 850/2020 julgada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal,**



autorizou que a Secretaria (Sedes- DF) juntamente com a banca examinadora pudessem proceder com o arredondamento para baixo do número de questões com o intuito de evitar a reprovação daqueles candidatos que teriam sido eliminados do concurso após a decisão 4145/2019 (ID 16002860).

A impetrante aponta ilegalidade praticada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, por adentrar no mérito administrativo dos critérios de avaliação da prova objetiva do concurso da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal, realizada pelo Instituto Brasil de Educação –IBRAE, uma vez que a Corte de Contas autorizou que a Secretaria (Sedes- DF), juntamente com a Banca examinadora pudessem proceder com o arredondamento para baixo do número de acertos necessários da prova objetiva na parte de conhecimentos gerais, ou seja, poderia reduzir o ponto de corte de 11 questões para 10 questões (ID 16002589).

Afirma que o arredondamento para baixo do número de questões trouxe prejuízos na classificação de todos os candidatos que foram aprovados pelo sistema proporcional, inclusive ela, uma vez a mesma estava na posição de 515ª (aplicação do ajuste proporcional sem o arredondamento) e com o referido arredondamento foi para a posição de 808ª, o que além de perder posições, foi eliminada do curso de formação, curso esse que será realizado para os primeiros 600 aprovados no certame.

Alega que o arredondamento para baixo do número de questões necessárias para aprovação traz claro benefício àqueles candidatos reprovados no certame após a decisão 4145/2019 do TCDF, o que fere a isonomia e a meritocracia do concurso. Acrescenta que tal alteração viola o item 11.3 do edital normativo do certame, pois ele prevê o mínimo de 24 pontos para aprovação e o arredondamento para baixo implica em 22,2 pontos, enquanto o acerto de 11 questões já dá 24,42, além de alterar o edital no decorrer do certame.

Aduz que há contradição entre a fundamentação do voto relator do Conselheiro Paulo Tadeu com o dispositivo da letra C da decisão 850/2020, isso porque na fundamentação ele afirma que o RESP 488004/PI teria validade restrita apenas às partes daquele processo, mas, em seguida, sugeriu à Secretaria (Sedes-DF), que a mesma tomasse ciência do entendimento do Recurso Especial do STJ (RESP 488004/PI), uma vez que tal entendimento poderia ser utilizado pela Secretaria juntamente com a Banca no certame.

Considera inadmissível a conduta do Relator, uma vez que não caberia ao julgador indicar nenhum tipo de opinião pessoal nos autos, mas sim uma prestação de serviço jurisdicional pautada pelo ordenamento jurídico, ou seja, pela estrita observância da legalidade, o que não afirma não ter acontecido, já que a mera sugestão e autorização dada pela Corte de Contas à Secretaria (Sedes-DF), juntamente com a Banca Examinadora foi tão somente para beneficiar o maior número de pessoas no certame, pessoas estas que foram eliminadas do certame por não alcançar nota mínima para fazer parte do concurso.

Expõe que a questão controversa no REsp 488004/PI trata de decorrência de erro originário na formulação da prova, de modo que no edital exigia-se o mínimo de 50% de acertos para aprovação de uma prova que continha número ímpar de questões, diferente do concurso da Secretaria (Sedes-DF), no qual não houve erro originário na prova, não contém número ímpar de questões e que diferentemente do edital do concurso analisado pelo RESP 488004 é regida pelo ajuste proporcional de distribuição dos pontos das anuladas e não universal.

Requer, liminarmente, a suspensão da eficácia do ato administrativo do dispositivo do item 06, da letra C da decisão 850/2020, retornando à aplicação tão somente do ajuste proporcional, conforme determinado pela decisão 4145/2019 e mantida pela decisão 850/2020, item I- III. Subsidiariamente, que seja concedida a liminar para lhe assegurar o direito de fazer o curso de formação, até o julgamento de mérito deste MS. No mérito que seja confirmado a anulação do dispositivo do item 06, da letra C, da decisão 850/2020, bem como o retorno da aplicação tão somente do ajuste proporcional.

Custas recolhidas (ID 16002595 e 16002596).



Na petição de ID 16033173 a banca examinadora, IBRAE, afirma que a aplicação da fórmula estrita de ajuste proporcional cria uma situação fático-jurídica que não pode ser alcançada pelos candidatos, uma vez que, na hipótese de anulação de questões, jamais os candidatos alcançarão o número inteiro mínimo de 24 ou de 36 pontos. Assim, considera não ser correto que, por isso, a Banca Examinadora passe a exigir mais e a penalizar os candidatos, condicionando a sua aprovação a uma pontuação superior a prevista no Edital Normativo.

Explica que com a anulação de duas questões da prova de conhecimentos básicos para Agente Social e, de acordo com a fórmula estrita de ajuste proporcional, cada questão passou a valer 2,22 pontos. Assim, 11 questões vezes 2,22 pontos corresponderá a 24,42 pontos, que é superior aos 24,00. Por isso, considera mais justo o arredondamento para baixo.

A impetrante juntou petição ao ID 16049291 para reforçar o pedido de deferimento da liminar, argumentando que o curso de formação está prestes a ocorrer na modalidade online.

O IBRAE apresenta nova petição ao ID 16062424, em que requer o ingresso no feito como amicus curiae, por ser a instituição responsável pela realização do concurso público da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal (SEDES).

Afirma que a impetrante, desconsiderando totalmente as regras que disciplinam o litisconsorte facultativo ativo já ingressou com 34 ações individuais de mandado de segurança neste Tribunal, envolvendo idêntico pedido e idêntica causa de pedir (arredondamento de notas), além das mesmas partes no polo passivo (Presidente do TCDF e Secretária da SEDES).

Reitera os termos da petição de ID 16033173 e requer sua admissão do feito como amicus curiae.

Na petição de ID 16062779 a impetrante afirma que a lei não traz qualquer obrigatoriedade que o advogado tenha que impetrar o mandado de segurança por meio de litisconsórcio ativo e que a sua intenção de impetrar os referidos mandados de segurança individualmente foi no intuito de não causar tumulto processual no processo, bem como para facilitar o entendimento. Ratifica os termos de sua inicial e requer a improcedência dos argumentos do IBRAE.

Na decisão de ID 16085858 concedi parcialmente a liminar vindicada para deferir à impetrante o direito de participar do curso de formação do concurso apontado na inicial, até o julgamento de mérito deste Mandado de Segurança, e indeferi a intervenção do IBRAE no feito.

O Distrito Federal interpôs agravo interno ao ID 16392359 requerendo a revogação da liminar parcialmente concedida.

Foi dado provimento ao agravo interno para revogar a decisão liminar, sendo que este Relator restou vencido (ID 18147692).

Informações prestadas pelo DF no ID 16555167, no qual ratifica a manifestação do IBRAE ao ID 16033173.

Ao ID 16555168 a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF presta informações, requerendo sua exclusão, ante sua ilegitimidade, já que apenas cumpriu a decisão do TCDF e para que seja denegada a segurança.

Em parecer, o Ministério Público manifesta, preliminarmente, pela exclusão da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal do polo passivo. No mérito, que seja denegada a segurança (ID 19531276).

É o relatório.

Brasília-DF, 18 de novembro de 2020 19:37:38.



Desembargador SEBASTIÃO COELHO
Relator

VOTOS

O Senhor Desembargador SEBASTIÃO COELHO - Relator

Inicialmente defiro o ingresso do Distrito Federal na qualidade de litisconsorte passivo.

Passo à análise das preliminares de conexão entre os mandados de segurança impetrados perante este Conselho Especial e de ilegitimidade passiva da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF.

O Ministério Público, em parecer, apresenta preliminar de conexão, pois existem mais de 30 mandados de segurança impetrados perante o Conselho Especial, que possuem a mesma causa de pedir e pedidos, distinguindo-se apenas quanto aos candidatos. Assim, considera que todos os processos devem ser julgados pelo Des. Getúlio de Moraes, pois foi o primeiro a receber a matéria.

Houve, de fato, o declínio de competência de alguns julgadores para o Des. Getúlio, com base na alegada prevenção e conexão entre as causas. No entanto, este Conselho Especial, ao julgar o Conflito de Competência nº 0730608-70.2020.8.07.0000, incluído na 24ª Sessão Ordinária Virtual, de forma unânime, declarou competente o Desembargador suscitado, afastando a tese de conexão entre os processos e prevenção do Desembargador Getúlio.

Determinar que o Desembargador Getúlio julgue todos os mandados de segurança resultaria em maior demora para o julgamento de todos os casos, além de afetar a faculdade do julgador de deliberar sobre a conveniência de reunião ou não dos processos. Ressalte-se que todos os mandados de segurança serão julgados pelo mesmo órgão, de modo que resta praticamente impossível a ocorrência de decisões conflitantes, pois o colegiado votará, chegando a uma decisão por unanimidade ou maioria.

Desse modo, acompanho o entendimento unânime deste Conselho, **REJEITANDO** a preliminar de conexão.

Quanto à preliminar de ilegitimidade passiva da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF, a SEDES argui sua ilegitimidade passiva, ao argumento de que apenas deu cumprimento à decisão proferida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, tratando-se, portanto, de ato meramente executório e não decisório.

O artigo 6º, §3º, da Lei nº 12.016/2009 estabelece que “considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática”.



No caso dos autos, o ato impugnado é o item 6, alínea “c”, da Decisão nº 850/2020 proferida pelo TCDF, que considerou regular o arredondamento para baixo no número de acertos em decorrência da anulação de questões da prova para provimento de cargos públicos na referida Secretaria.

Nota-se que a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social do DF não possui legitimidade para figurar no polo passivo deste mandado de segurança, tendo em vista que não foi a autoridade que praticou o ato, tratando-se apenas de uma mera executora, que sequer tinha competência para eventual correção do ato.

Nesse sentido já se manifestou este Tribunal:

AGRAVO INTERNO. MANDADO DE SEGURANÇA. LIMINAR. CONCURSO DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL. ARREDONDAMENTO PARA BAIXO. NÚMERO DE QUESTÕES NECESSÁRIAS PARA APROVAÇÃO. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SECRETÁRIA DA SEDES. RECONHECIMENTO. MÉRITO. REQUISITOS PARA CONCESSÃO DA LIMINAR. RELEVÂNCIA NA FUNDAMENTAÇÃO. AUSÊNCIA. MULTA PROTETÓRIA. DESCABIMENTO.

I - Reconhece-se a ilegitimidade passiva da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, pois o ato impugnado não foi praticado por ela, e sim, pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, figurando referida autoridade como mera executora deste e, além disso, ela não detém o poder de eventualmente corrigi-lo.

(...)

(Acórdão 1297288, 07146868620208070000, Relator: NILSONI DE FREITAS CUSTODIO, Conselho Especial, data de julgamento: 27/10/2020, publicado no DJE: 13/11/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

MANDADO DE SEGURANÇA. PROMOÇÃO EM RESSARCIMENTO DE PRETERIÇÃO. MILITAR. PRELIMINAR. ILEGITIMIDADE PASSIVA DO GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO. QUADRO DE ACESSO POR MERECEMENTO.

Nos termos do §3º do art. 6º da Lei nº 12.016/2009, considera-se autoridade coatora aquela que tenha praticado o ato impugnado ou da qual emane a ordem para a sua prática. Em se tratando de legitimidade passiva da autoridade, 3 (três) são as correntes que firmam a sua presença no pólo passivo da ação constitucional: quando a apontada autoridade efetivamente pratica o ato violador do direito líquido e certo; quando a autoridade encampar o ato impugnado; ou ainda quando puder corrigi-lo. Em razão de o Governador do Distrito Federal não possuir competência legal para fixar ou alterar os critérios de notas, tampouco interferir na avaliação profissional dos candidatos, a qual é realizada pelos membros da Comissão competente, há de ser reconhecida a sua ilegitimidade passiva ad causam, extinguindo-se o feito, sem julgamento do mérito, nos termos do artigo 6º, §5º, da Lei nº 12.016/09 c/c 485, VI, do Código de Processo Civil.

(Acórdão 1184125, 07026712220198070000, Relator: CARMELITA BRASIL, Conselho Especial, data de julgamento: 9/7/2019, publicado no DJE: 31/7/2019. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Portanto, **ACOLHO** a preliminar de ilegitimidade passiva da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal.

Analisadas as preliminares, passo ao mérito.



A ordem deve ser concedida.

De acordo com o art. 1º da Lei nº 12.016/2009, o Mandado de Segurança será concedido para proteger direito líquido e certo, não amparado por *habeas corpus* ou *habeas data*, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

Em breve síntese dos fatos, a Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do Distrito Federal realizou concurso para provimento de vagas nos cargos de assistência social, sendo o IBRAE a banca examinadora.

No edital inicial do concurso estava previsto que:

6.5.1. A prova objetiva, de caráter eliminatório e classificatório, será composta de 50 (cinquenta) questões (20 gerais e 30 específicas), que valerão 2 (dois) pontos cada uma, totalizando 100 (cem) pontos, e avaliarão as habilidades e os conhecimentos do candidato.

(...)

11.3. Será reprovado na prova objetiva e eliminado do concurso público o candidato que:

a) obtiver pontuação inferior a 24,00 (vinte e quatro) pontos na prova objetiva de conhecimentos gerais;

b) obtiver pontuação inferior a 36,00 (trinta e seis) pontos na prova objetiva de conhecimentos específicos. (ID 16002597, p. 5 e 10)

Antes da realização das provas objetivas foi publicado o edital nº 3 de retificação, que especificou que, havendo questões anuladas, seria realizado o ajuste proporcional ao sistema de pontuação:

1.1.3. No subitem 14.8, onde se lê: Se, do exame dos recursos, resultar anulação de questões das provas objetiva e de verificação de aprendizagem (PVA), serão atribuídos os respectivos pontos a todos os candidatos, independentemente de o candidato ter recorrido. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, a prova será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo; leia-se: Se, do exame dos recursos, resultar anulação de questões das provas objetiva e de verificação de aprendizagem, será realizado o ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, a prova será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo. (ID 16002598, p. 1)

As provas foram realizadas e a banca examinadora anulou 2 questões gerais da prova objetiva da especialidade de Agente Social. A banca examinadora realizou o ajuste universal, atribuindo pontos a todos os candidatos. Assim, o TCDF, por meio da decisão 4145/2019 determinou que a banca examinadora cumprisse a retificação do edital normativo nº 03/2018, bem como o artigo 59 da lei 4.949/2012, aplicando o ajuste proporcional.

Ocorre que, com a anulação de 2 questões da prova geral e aplicação do ajuste proporcional, cada questão passou a valer 2,22 pontos. Diante disso, não era mais possível obter o número inteiro de 24 pontos, sendo que os candidatos deveriam acertar o mínimo de 11 questões, obtendo 24,42 pontos, caso contrário, 10 questões resultariam em apenas 22,2 pontos.



Com isso, o TCDF consignou, através da Decisão 850/2020, objeto desse mandado de segurança que:

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

(...)

III – no mérito, negar provimento aos Pedidos de Reexame interpostos (Peças 31, 38, 39) contra os itens II e III da Decisão nº 4145/2019 (Peça 24), restabelecendo os seus efeitos;

IV - autorizar:

(...)

c) a ciência do titular da SEDES/DF e do IBRAE que o Tribunal considera regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no RESP 488004/PI; (g.n.)

Assim, houve o arredondamento para baixo, exigindo-se apenas 22,2 pontos nas questões objetivas para aprovação para o cargo de agente social.

Contudo, essa alteração foi realizada apenas após a realização das provas, resultando em nítida violação ao princípio da impessoalidade, pois já era possível saber quem eram as pessoas aprovadas e reprovadas e quem retornaria ao concurso com o arredondamento para baixo do número necessário de pontos para aprovação.

Quando os candidatos se submeterem às provas do concurso, sabiam de todos os critérios para aprovação e etapas necessárias, tendo conhecimento de que a pontuação mínima nas questões de conhecimentos gerais era 24 pontos. Além disso, o edital que estabeleceu o ajuste proporcional nos pontos também foi publicado antes das realizações das provas.

Ao se exigir menos dos candidatos, alterando os critérios de aprovação após a realização das provas, houve benefícios aos candidatos que obtiveram menor pontuação, prejudicando alguns candidatos depois de realizada a somatória da pontuação de todas as provas, como no caso dos autos. Portanto, houve violação ao direito da impetrante, uma vez que a modificação do critério gerou preferência de candidatos em desfavor de outros.

O edital do certame vincula não apenas a Administração Pública como todos os candidatos, de modo que não deve o TCDF intervir nos critérios utilizados para a seleção pública, não se podendo cogitar de tratamento diferenciado aos concorrentes, sob pena de violar os princípios da isonomia e da impessoalidade.

O arredondamento para baixo caso não fosse possível chegar ao número mínimo exato após anulação de questões não estava previsto no edital ou em lei. Conforme se sabe, o edital é a lei dos concursos públicos e deve ser estritamente observado, sob pena de violação aos princípios da administração pública.

Nesse sentido já se manifestou o STJ:

ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ORDINÁRIO EM MANDADO DE SEGURANÇA. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 2/STJ. CONCURSO PÚBLICO. DIVULGAÇÃO DE



GABARITO PRELIMINAR. ATRIBUIÇÃO DE PONTOS A CANDIDATO. SUPERVENIÊNCIA DO GABARITO DEFINITIVO. ALTERAÇÃO DE RESPOSTAS. DIMINUIÇÃO DA PONTUAÇÃO. POSSIBILIDADE. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO AO GABARITO PRELIMINAR. INEXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO A QUE AS QUESTÕES SEJAM NECESSARIAMENTE ANULADAS. IMPOSSIBILIDADE DE REAVALIAÇÃO JUDICIAL DOS TÍTULOS. RECONHECIMENTO DO DESCUMPRIMENTO DE REGRAMENTO EDITALÍCIO. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. DIREITO DE ACESSO AOS MOTIVOS DO ATO ADMINISTRATIVO.

1. A parêmia de que o edital é lei do concurso obriga a Administração Pública e o candidato à sua fiel observância, pena de malferimento ao princípio da vinculação ao edital, ao princípio da legalidade e ao princípio da isonomia.

(...)

(RMS 51.136/MS, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 16/08/2016, DJe 26/08/2016)

Não pode ser utilizado o argumento de que, com o arredondamento para baixo, mais candidatos retornariam ao concurso, uma vez que as provas objetivam justamente selecionar os candidatos mais qualificados para o cargo e que atenderam a todas as disposições do edital.

Ressalte que o REsp 488.004/PI, utilizado como fundamento na decisão do TCDF, trata de situação distinta da analisada nos autos. No recurso especial o STJ analisou incongruência existente no edital do concurso, que estabeleceu número ímpar de questões e fixou nota de corte em 50% da pontuação da prova. Como se tratava de prova de múltipla escolha, acertando a metade das questões, o candidato teria “nota quebrada”, ficando aquém dos 50% exigidos. Portanto, não analisou questões anuladas ou a forma de ajuste do sistema de pontos.

Diante do exposto, verifica-se que houve prejuízo à impetrante, violação aos princípios da vinculação ao edital, da impessoalidade e da legalidade, por inobservância do edital e alteração dos critérios após o início do certame, além de gerar insegurança jurídica.

Desse modo, **REJEITO** a preliminar de conexão, **ACOLHO** a preliminar de ilegitimidade passiva para afastar a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social e **CONCEDO A ORDEM** para declarar nulo o item IV, “c”, da Decisão n. 850/2020, do TCDF, que considerou regular o arredondamento para baixo da pontuação mínima exigida para a não reprovação na prova objetiva do certame para o cargo de Técnico em Assistência Social da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, na especialidade Agente Social.

É o voto.

A Senhora Desembargadora LEILA ARLANCH - Relatora Designada e 1º Vogal



QUESTÃO PRELIMINAR – CONEXÃO – REUNIÃO DOS PROCESSOS

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO DF E TERRITÓRIOS requereu a reunião dos processos perante o Conselho Especial para julgamento conjunto em face da existência de várias ações tendo como objeto a mesma decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, a fim de evitar decisões conflitantes nos diversos processos já distribuídos, a regra da competência funcional e da prevenção são normas cogentes.

No caso em apreço, os diversos mandados de segurança foram impetrados por partes distintas e indicando muitas vezes autoridades diversas, ora o Presidente do TCDF, ora a Secretária da Secretaria de Estado de Trabalho, Desenvolvimento Social, Mulheres, Igualdade Racial e Direitos Humanos do Distrito Federal, ora o presidente da Comissão do Concurso, ora a própria presidência da IBRAE ou a combinação dessas autoridades.

Nesse contexto fático, não é possível ao órgão jurisdicional de ofício alterar a(s) autoridade(s) apontada(s) pelo impetrante como coatora(s) e, em consequência, modificar a competência funcional originária, salvo se a retificação do polo passivo for requerido pela própria parte.

Também não há falar em prevenção a ensejar a reunião de todos os processos, porquanto inexistente a necessária conexão, seja em face dos diferentes autores bem como, em alguns casos, das autoridades impetradas.

A pretensão do órgão ministerial poderá ser dirigida a este egrégio TJDFT pelas vias processuais próprias, por meio dos instrumentos previstos no ordenamento jurídico que visam assegurar a estabilidade da jurisprudência e evitar decisões divergentes para a mesma situação fática.

Nesses termos, acompanho o eminente relator e INDEFIRO o pedido de reunião dos processos para julgamento conjunto.

PRELIMINAR – ILEGITIMIDADE PASSIVA

O DISTRITO FEDERAL sustenta em preliminar a ilegitimidade passiva da SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL aduzindo que a referida autoridade apenas e tão somente aplicou decisão determinada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal nos autos do Processo nº. 24463/2019, em especial, o item IV, letra “c”, da Decisão 850/2020, praticando, portanto, ato meramente executório, e não decisório, motivo pelo qual não é responsável por eventual ilegalidade ou abuso de poder do ato impetrado.

Por oportuno, transcrevo as pretensões liminares e de mérito do presente mandado de segurança, verbis:

a) REQUER em caráter antecipatório, a suspensão da eficácia do ato administrativo manifestamente ilegal do dispositivo do item 06, da letra C da decisão 850/2020 que autorizou a Secretaria (Sedes-DF), e a Banca examinadora a procederem com o arredondamento para baixo do número de questões



necessárias para aprovação no certame, retornando a aplicação tão somente do ajuste proporcional, conforme determinado pela decisão 4145/2019 e mantida pela decisão 850/2020, item I- III, o que fará com que os candidatos aprovados pelo ajuste proporcional e que não precisaram de arredondamento para baixo do número de questão para aprovação no certame, tenham sua classificação original por direito.

b) Requer ainda, que na remota hipótese de Vossa Excelência, não conceder a liminar referente à suspensão do dispositivo do item 06, da letra C, da decisão 850/2020, requer que em sede de liminar, que seja assegurado por meio da antecipação dos efeitos da tutela o direito do (a) impetrante realizar o curso de formação, até o julgamento do mérito da ordem, uma vez que o curso de formação estar prestes a acontecer, pois os (a) Impetrantes bem como os demais candidatos aguardam tão somente a Banca divulgar o dia que iniciará o curso. Ademais salienta-se que conforme já foi informado pela Banca, bem como pelo Sindicato, o referido curso será realizado de forma online, tendo em vista a ocorrência do covid 19, bem como a necessidade de convocação para nomeações, uma vez que a Sedes-DF esta com pouco menos de 10% do quadro dos seus servidores trabalhando contra o coronavirus.

c) No mérito que seja confirmado a anulação do dispositivo do item 06, da letra C, da decisão 850/2020, bem como o retorno da aplicação tão somente do ajuste proporcional no certame, sem o arredondamento para baixo do número de questões de 11 para 10.

Conforme se extrai, o ato apontado como coator é a Decisão nº 850/2020 emanada do Tribunal de Contas do DF, sendo certo que a Secretária de Estado apenas determinou a execução da deliberação do órgão fiscalizador, para o qual, inclusive, há expressa cominação legal de pena administrativa nos termos da Lei Complementar nº 01/94 que dispõe sobre o TCDF (art. 57, § 1º[1]).

Este egrégio Tribunal já se manifestou sobre o tema, consoante se extrai do seguinte aresto:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AUTORIDADE COATORA. TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. APLICAÇÃO. DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAL DA SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. CONFIGURAÇÃO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO.

Não possui legitimidade ad causam passiva a autoridade administrativa que se limitou a cumprir decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal.

Apelação e remessa oficial conhecidas e providas.

(Acórdão 670646, 20110112118959APO, Relator: ANA MARIA DUARTE AMARANTE BRITO, , Revisor: JAIR SOARES, 6ª Turma Cível, data de julgamento: 17/4/2013, publicado no DJE: 23/4/2013. Pág.: 192)

Ante o exposto, acompanhando também o entendimento do eminente Desembargador relator, acolho a PRELIMINAR e reconheço a ILEGITIMIDADE PASSIVA da SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL, devendo os autos prosseguir somente em relação à PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL e também do DISTRITO FEDERAL (art. 7º, II, da Lei nº 12.016/2009[2]).



MÉRITO

Cuida-se de Mandado de Segurança impetrado contra suposto ato ilegal do PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL consistente no dispositivo da letra C, item 06 da decisão 850/2020 do processo nº: 24463/2019 julgado pela Corte de Contas no dia 01 de abril de 2020, o qual teria adentrado no mérito administrativo dos critérios de avaliação da prova objetiva do concurso da Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal realizada pelo Instituto Brasil de Educação –IBRAE.

A impetrante sustenta que, atendendo à representação do Ministério Público, foi proferida decisão pelo TCDF (Decisão nº 4145/2009/TCDF) que determinara que com anulação das questões, a banca deveria ter aplicado o ajuste proporcional nas questões anuladas em absoluta conformidade com a retificação que já havia sido procedida no edital. Posteriormente, o plenário do Tribunal de Contas (Decisão nº 850/2020) houve por bem autorizar a SEDESTMIDH e a organizadora do certame a proceder o arredondamento para baixo do número de questões, sendo que tal decisão teria violado as normas editalícias do concurso e gerando alegados prejuízos à classificação da impetrante, afastando-a da participação no curso de formação. Verbera, ainda, que a fundamentação esta lastreada exclusivamente no excessivo número de candidatos excluídos, sendo que tal argumento não está em consonância com os princípios da segurança jurídica e da boa-fé da administração pública, pugnando pela concessão da ordem para anular o dispositivo mencionado, retornando a aplicação do ajuste de pontuação proporcional, sem o arredondamento do número de questões.

O Distrito Federal e a Presidente do Tribunal de Contas do DF afirmam a legalidade do ato apontado como coator afastando a inexistência de violação de direito líquido e certo. Indicam que o ato impugnado decorre de representação oferecida pelo Ministério Público acerca de possível irregularidade em concurso público, razão pela qual a atuação do órgão se deu no estrito cumprimento de suas funções constitucionais. Afirmam que a primeira decisão (Decisão nº 4.145/2019) foi objeto de recurso, o qual devidamente processado ensejou novo provimento nos termos da Decisão nº 850/2020 que se constitui o ato impugnado. Informa também que os dois atos administrativos decorreram de regulares procedimentos de controle externo não havendo qualquer ilegalidade na decisão dita como coatora. Sustentam ainda que a alteração do sistema de pontuação das provas do certame em caso de anulação de questão se deu em estrita observância aos termos do Edital e ao interesse público.

Nos termos do art. 5º, inciso LXIX, da Constituição da República, e do art. 1º da Lei nº 12.016/2009, o mandado de segurança visa proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça.

Diante desse contexto normativo e considerando a petição exordial, extrai-se que a questão litigiosa no presente *mandamus* cinge-se se a aferir eventual existência de ato coator violador de direito líquido e certo da impetrante relativo a alteração do sistema de pontuação em razão de anulação das questões procedida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal em representação promovida pelo Ministério Público.

Por oportuno, colaciono o ato impugnado:

DECISÃO Nº 850/2020

O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu:

I – tomar conhecimento:

a) dos documentos (Peças 67 e 68) acostados em complementação aos recursos interpostos (Peças 31, 38 e 39) contra a Decisão nº 4145/2019 (Peça 24);



b) do documento contendo contrarrazões recursais (Peça 96), formalmente desconsiderado pelo documento de Peça 119;

c) do Ofício nº 208/2019/GDEK (Peças 71 e 79), formalmente desconsiderado pelo Ofício nº 23/2020/GDEK (Peça 118), ambos de autoria da Deputada Federal Érika Kokay (PT/DF);

d) do Ofício nº 06/2020- GABCV (Peça 114), formalmente desconsiderado pelo Ofício nº 07/2020-GABCV (Peça 120), ambos de autoria do Deputado Distrital Chico Vigilante;

e) das Informações nºs 011/2020, 017/2020 e 023/2020- NUREC, reconhecendo a perda de objeto da primeira delas, em face do exposto na alínea “c”, acima;

f) do Termo Aditivo ao Pedido de Reexame (Peça 129);

g) dos pedidos de sustentação oral originalmente deferidos pelo Despacho Singular nº 91/2020 – GC/PT;

h) da substituição do direito de sustentação oral pela apresentação de memoriais promovida pelo Despacho Singular nº 98/2020 – GC/PT;

i) do Ofício nº 328/2020 – SEDES/GAB e da perda do

objeto do pedido nele inserido;

j) dos memoriais juntados às Peças 191, 192 e 193;

II - autorizar a habilitação nos autos, como partes interessadas, dos subscritores do documento que deu origem à Peça 119;

III – no mérito, negar provimento aos Pedidos de Reexame interpostos (Peças 31, 38, 39) contra os itens II e III da Decisão nº 4145/2019 (Peça 24), restabelecendo os seus efeitos;

IV - autorizar:

a) o conhecimento do teor desta decisão assim como do relatório/voto do Relator:

1) aos recorrentes, Sr. Eike Lobato de Faria e à comissão de candidatos composta pelas Sras. Lorena Kelly Ramos Leite, Camila Soares dos Santos, Raissa Luana de Oliveira Melo, Sheila da Silva Neres e Sr. Igor Valente;

2) aos subscritores das Peças 96 e 119, Sras. Gisele Neves dos Santos Bicalho, Ana Raquel Silva Canuto, Cláudia Efigênia Pereira, Cláudia Lúcia da Silva Araújo, Camila Ribeiro de Sousa, Amanda Batista da Costa Souza, Daniela Ferreira do Nascimento, Cristiane Sousa Rodrigues, Jaleane Lisboa Machado, Valéria do Sul Martins, Luana Pereira Silva e Mariza Rodrigues da Silva, e Srs. André de Sousa Freitas, Henver Medeiros Carvalho, Wendell Aliandro Lima de Oliveira, Ricardo Rodrigues Alvares, Álvaro Ribeiro Oliveira Filho, Jorge Luiz Schaidt, Gilberto Laurindo de Queiroz Júnior, Breno Barbosa da Silva, Hugo de Carvalho Araújo e Carillo Frederico Fernandes Sabino;

3) à Deputada Federal Érika Kokay (PT/DF);

4) ao Deputado Distrital Chico Vigilante (PT/DF);

5) ao Instituto Brasil de Educação – IBRAE;

6) à Secretaria de Desenvolvimento Social do Distrito Federal – SEDES/DF;



b) o envio ao Núcleo de Recursos de cópia desta decisão, como forma de viabilizar os correspondentes registros;

c) a ciência do titular da SEDES/DF e do IBRAE que o Tribunal considera regular o arredondamento para baixo do número de acertos em decorrência da anulação de questões de determinada prova, nos termos do decidido pelo Superior Tribunal de Justiça - STJ no RESP 488004/PI;

d) o retorno dos autos à Sefipe, para a adoção das devidas providências.

O Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO deixou de atuar nos autos em conformidade com o art. 153, § 1º, do RI/TCDF. Presidiu a sessão a Presidente, Conselheira ANILCÉIA MACHADO. Votaram os Conselheiros RENATO RAINHA, PAULO TADEU e MÁRCIO MICHEL. Participou o

representante do MPjTCDF, Procurador-Geral MARCOS FELIPE PINHEIRO LIMA. Ausentes os Conselheiros MANOEL DE ANDRADE e PAIVA MARTINS.

EMENTA:

1) Representação oferecida pelo MPjTCDF sob a alegação de possível descumprimento do item 14.8 do Edital nº 1/2018 – SEDESTMIDH (DODF de 27.11.18), já com a retificação dada pelo item 1.1.3 do Edital nº 3/2018 (DODF de 19.12.18), a qual teve amparo na Decisão/TCDF nº 5965/18, proferida no Processo nº 36610/18. Pedido de cautelar para suspender o andamento do certame.

2) Decisão nº 3714/19: conhecimento da representação; concessão da cautelar; solicitação de esclarecimentos à SEDES/DF e ao IBRAE (instituição responsável pela execução do certame).

3) Decisão nº 4145/19: procedência da representação; determinações à SEDES/DF e ao IBRAE.

4) Inconformismo. Pedidos de reexame interpostos por candidatos do certame.

5) Decisão nº 4360/19: conhecimento dos recursos, com efeito suspensivo.

6) Nesta fase: análise do mérito dos pedidos de reexame.

7) O Nurec sugere que a Corte negue provimento aos recursos.

8) O Ministério Público, por sua vez, pugna pelo provimento

9) Despacho Singular nº 91/2020 – GC/PT: deferimento, para o dia 26.03.2020, dos três pedidos de sustentação oral constantes dos e-DOCs 6B64C9AE-c; 81E68A79 e 3DEE0F02-c.

10) Sessão Ordinária de 17.03.2020 (Portaria/TCDF nº 98, de 17.03.2020): suspensão de todas as sessões desta Corte até o dia 31.03.2020, como prevenção do risco de contágio e disseminação do COVID-19, restando adiadas, sine die, aquelas sustentações anteriormente marcadas.

11) Despacho Singular nº 98/2020 – GC/PT: substituição do direito de sustentar oralmente as defesas pelo de apresentar memoriais, haja vista deliberação dos Conselheiros desta Corte no sentido de implantar sessões virtuais, com início para a data de hoje.

12) Juntada dos aludidos memoriais (Peças 191, 192 e 193).

13) O Voto, acolhendo a posição do Nurec, é pelo não provimento dos recursos.



Em destaque no trecho transcrito a parte da decisão que a impetrante reputa como violador de direito líquido e certo, porquanto teria alterado para pior sua classificação e, em consequência, provocado sua eliminação do certame e a impossibilidade de participação nas etapas subsequentes do concurso.

Não merece prosperar a alegação de ilegalidade do ato do Tribunal de Contas do DF em face de vindicada violação das disposições editalícias que normatizavam o concurso público em questão.

A atuação do referido órgão de controle externo está em absoluta consonância com o que dispõe a Lei Orgânica do Distrito Federal que sobre o Tribunal de contas assim estabelece a sua competência:

Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:

(...)

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

(...)

X - assinar prazo que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, verificada a ilegalidade;

XI - sustar, se não atendido, a execução do ato impugnado, comunicando a decisão à Câmara Legislativa;

XII - representar ao Poder competente sobre irregularidades ou abusos apurados;

XIV - apreciar e apurar denúncias sobre irregularidades e ilegalidades dos atos sujeitos a seu controle.

(...)

§ 4º Nos casos de irregularidade ou ilegalidade constatados, sem imputação de débito, em que o Tribunal de Contas do Distrito Federal decidir não aplicar o disposto no inciso IX deste artigo, deverão os respectivos votos ser publicados juntamente com a ata da sessão em que se der o julgamento.

A Lei Complementar nº 1/1994 que dispõe sobre o TCDF, também dispõe expressamente dentre suas competências, a apreciação da legalidade dos atos de admissão de pessoal, verbis:

Art. 1º Ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, órgão de controle externo, nos termos da Constituição Federal, da Lei Orgânica do Distrito Federal e na forma estabelecida nesta Lei Complementar, compete:

(...)

III – apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de



aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

(...)

XIV – apreciar e apurar denúncias sobre irregularidades e ilegalidades dos atos sujeitos a seu controle;

(...)

§ 3º O Tribunal de Contas agirá de ofício ou mediante iniciativa da Câmara Legislativa, do Ministério Público ou das autoridades financeiras e orçamentárias do Distrito Federal ou dos demais órgãos auxiliares, sempre que houver indício de irregularidade em qualquer despesa, inclusive naquela decorrente de contrato.

No caso em apreço, a atuação do Tribunal de Contas se deu em razão de provocação do Ministério Público e diante da constatação que a metodologia adotada pela banca examinadora na atribuição dos pontos em face das questões anuladas, estava em desconformidade com as disposições da Lei nº 4.949/2012, o qual em seu art. 59 estabelece que “A anulação de questão implica ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público.”

Nesse contexto, escorreita se mostra a atuação estatal, por meio de seu órgão de controle externo. Sobre o tema, já se manifestou esta egrégia Corte, consoante se extrai do aresto a seguir:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO POPULAR. CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE VAGAS E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NO CARGO DE TÉCNICO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL, DA CARREIRA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL. ANULAÇÃO DE QUESTÕES. DETERMINAÇÃO DE AJUSTE PROPORCIONAL AO SISTEMA DE PONTUAÇÃO. ALEGAÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DO TCDF PARA APURAR EVENTUAL IRREGULARIDADE. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DA MORALIDADE ADMINISTRATIVA. INOCORRÊNCIA. MANUTENÇÃO DA DECISÃO.

1. O Tribunal de Contas do Distrito Federal possui competência para apurar eventual ilegalidade ocorrida em concurso público, em especial, a prática de ato que resulte em ingerência na sistemática de pontuação de prova, adotada pela banca examinadora do concurso público para Técnico em Assistência Social, da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal (especialidade Agente Social e Cuidador Social).

2. O concurso público é meio de acesso a provimento de cargo público, ato, portanto, passível de controle não só pela Corte de Contas, como também pelo Poder Judiciário e pelo Ministério Público se denunciada qualquer irregularidade. 3. Recurso desprovido.

(Acórdão 1255696, 07032754620208070000, Relator: JOSAPHA FRANCISCO DOS SANTOS, 5ª Turma Cível, data de julgamento: 17/6/2020, publicado no PJe: 22/6/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

A detida análise das decisões do Tribunal de Contas do DF revela que não houve violação à lei e as alterações editalícias ocorridas anteriormente ao encerramento do concurso, o qual ainda não havia concluído todas as suas etapas, se limitaram a proceder necessária adequação do certame à normatização legal já mencionada.

Vale acrescentar que o candidato se submete às normas legais que regem o concurso, às disposições editalícias específicas do concurso que está realizando, aí incluídas eventuais retificações que se fizerem



necessárias no curso do certame. Por força das disposições constitucionais e legais, atinentes à competência do órgão de controle externo, o participante em certame público também está submetido às decisões do Tribunal de Contas.

Quanto ao critério adotado pela Corte Administrativa, no sentido de que, em caso de anulação de questão, na nova fixação proporcional da pontuação mínima para não eliminação do candidato, o arredondamento da pontuação feito para baixo está em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, consoante já manifestado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça.

Confira-se o aresto em questão:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. EXIGÊNCIA DE LIMITE MÍNIMO DE 50% DE ACERTOS POR MATÉRIA EXAMINADA. IMPOSSIBILIDADE MATEMÁTICA DE OBTENÇÃO DESSE ESCORE, DIANTE DO NÚMERO ÍMPAR DE QUESTÕES FORMULADAS: 15 QUESITOS. ANÁLISE SOB A ÓTICA DA RAZOABILIDADE E DA INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CANDIDATO, EM PROTEÇÃO DO PRECEITO DA BOA-FÉ OBJETIVA. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR PROVIDO PARA RESTABELECE A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU.

1. Este recurso deve ser analisado sob a ótica do princípio da razoabilidade e da diretriz que apregoa a maior favorabilidade à parte inferiorizada na relação processual, que norteiam a compreensão jurídica contemporânea, inspirada na maior proteção dos direitos da personalidade.

2. Neste caso, o Edital do certame previa o escore de 50% de acertos em cada matéria examinada, necessários para a aprovação em cada uma das disciplinas, estabelecendo que: Será eliminado do concurso o candidato que não obtiver pelo menos 50% (cinquenta por cento) de acertos em cada disciplina da prova objetiva ou 50% (cinquenta por cento) em cada questão da prova discursiva (Item 9.3).

3. No caso em comento, a prova de Raciocínio Lógico continha 15 questões, formulação que foi estabelecida pela própria Administração Pública, vindo daí a controvérsia acerca da exigência do percentual de 50% de acertos necessários para a aprovação, já que não se pode cogitar de nota fracionada (7,5), uma vez que cada um dos seus quesitos valia 1 ponto (1,0) infracionável.

4. Inicialmente, entendeu-se que, segundo a estrita observância do Edital, o candidato estaria reprovado, porquanto não alcançou a pontuação 7,5, mas apenas a pontuação 7, na disciplina de Raciocínio Lógico. 5. Entretanto, diante das esclarecedoras razões trazidas no Agravo Interno, é possível concluir que o candidato, ora agravante, foi eliminado do certame por não ter atingido 8 acertos, na prova de Raciocínio Lógico, que continha 15 questões. Esta situação, no entanto, geraria uma consequência desequilibradora contra ele e a favor da Administração, porquanto a exigência de 8 acertos elevaria o seu escore de aprovação para 53,33%, muito mais do que 50%, contrariando frontalmente o próprio edital no item 9.3, que estabelecia a exigência de (50%) de acerto das questões.

6. Assim, diante da impossibilidade de obtenção do percentual mínimo exigido no Edital, pois seria necessário que o candidato acertasse 7,5 questões, não se pode adotar entendimento que lhe seja desfavorável, arredondando o número de acertos para cima, já que inexistente tal previsão no edital.

7. Como se observa, aqui não se há de falar em violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mas sim na utilização dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para fazer efetivação à garantia do ora agravante à participação na próxima etapa do concurso. Conheço, reverencio e sigo a orientação deste STJ e da doutrina jusadministrativista que apregoam, até com palavras altissonantes, a prevalência das regras editalícias, sendo usual que alguns juristas excelsos rememorem o conceito que o Professor Hely Lopes Meirelles expressava sobre os termos do Edital no concurso, dizendo ser ele (o Edital) a lei interna do certame.



8. No entanto, neste caso, cabe destacar que não se questiona a subjetividade dos critérios fixados no Edital para o concurso, o que, sem dúvida, refere-se ao mérito administrativo, que somente cairia sobre a sindicabilidade judicial se configurasse excesso, abuso ou teratologia, mas este não é o caso. Esta questão se resolve, com simplicidade, apenas interpretando a regra editalícia em desfavor de quem a formulou, no caso, a Administração Pública, pois foi dela a iniciativa e a decisão de estabelecer a prova de Raciocínio Lógico com número ímpar de quesitos.

9. Dessa forma, em caso assim, vê-se, claramente, que a solução do dissídio não encontra equacionamento na positividade do Edital, daí ser inevitável que o juízo se abastone nos princípios gerais do Direito, especialmente nos valores da isonomia, da razoabilidade e da proporcionalidade entre as coisas, porquanto a razão positiva não o socorre na elaboração de sua justa decisão.

10. Frente a tais considerações, pode-se concluir que impactou o princípio da razoabilidade o procedimento adotado pela Administração Pública, em exigir do candidato percentual de acertos superior ao mínimo previsto pelo edital, ou seja, 53,33%, superior a 50%.

Precedente que abona esta tese: Conforme precedente desta Corte, é ilegal a reprovação de candidato que não obtém percentual mínimo de aprovação previsto no regulamento do certame, em razão do número de questões formuladas (REsp. 488.004/PI, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ 25.4.2005).

11. Pelo exposto, dá-se provimento ao Agravo Interno do particular, restabelecendo-se a sentença de primeiro grau.

(AgInt no REsp 1392816/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, DJe 15/09/2017)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AUDITOR FISCAL DO TESOIRO NACIONAL. CURSO DE FORMAÇÃO. PROVA OBJETIVA.

PERCENTUAL MÍNIMO EXIGIDO NO REGULAMENTO. IMPOSSIBILIDADE.

1. Conforme precedente desta Corte, é ilegal a reprovação de candidato que não obtém percentual mínimo de aprovação previsto no regulamento do certame, em razão do número de questões formuladas.

2. Recurso conhecido e provido.

(REsp 488.004/PI, Rel. Ministro PAULO GALLOTTI, SEXTA TURMA, julgado em 22/03/2005, DJ 25/04/2005, p. 370)

Assim, consoante demonstrado, não há violação de direito líquido e certo a ser protegido pela presente via mandamental, estando a pretensão da autora da presente ação em desacordo com o ordenamento jurídico.

Assim, ante a legalidade do ato apontado como coator e inexistindo a vindicada violação ao direito líquido e certo, a pretensão da impetrante não merece prosperar.

Ante o exposto, rogando respeitosa vênua eminente Des. Relator, DENEGO A SEGURANÇA.

Sem honorários.



Custas pela impetrante.

Transitada em julgado, dê-se baixa e arquivem-se.

É como voto.

[1] Art. 57. O Tribunal poderá aplicar multa de até 100 UPDFs ou o equivalente em outro indexador que venha a ser adotado pelo Distrito Federal, para fins fiscais, aos responsáveis por:

(...)

§ 1º Ficará sujeito à multa prevista neste artigo aquele que deixar de dar cumprimento à decisão do Tribunal, salvo motivo justificado.

[2] Art. 7º Ao despachar a inicial, o juiz ordenará:

(...)

II - que se dê ciência do feito ao órgão de representação judicial da pessoa jurídica interessada, enviando-lhe cópia da inicial sem documentos, para que, querendo, ingresse no feito;

A Senhora Desembargadora FÁTIMA RAFAEL - 2º Vogal

Com a divergência

A Senhora Desembargadora MARIA DE LOURDES ABREU - 3º Vogal

Com o relator

O Senhor Desembargador MARIO MACHADO - 4º Vogal

Acompanho o eminente relator nos temas preliminares.

Todavia, **no mérito, divirjo do eminente relator.**

Reproduzo, no ponto, os fundamentos aduzidos no julgamento do MS 0714273-73, acórdão nº 1.291.958, de que fui relator:

“Na espécie, insurge-se a impetrante contra a decisão do TCDF que autorizou a banca examinadora a realizar o arredondamento para baixo do número de questões necessárias à aprovação na prova objetiva do concurso público para provimento de vagas para o cargo de Técnico em Assistência Social da Carreira Pública de Assistência Social do Distrito Federal, na especialidade Agente Social, regido pelo Edital nº 01 – SEDESTMIDH, de 27/11/2018, alterando a nota de corte da prova de conhecimentos gerais de 11 para 10 questões, reincluindo no certame 1.031 candidatos anteriormente eliminados, que retornaram melhor classificados do que aqueles aprovados pelo ajuste proporcional, que, inclusive, sequer dependiam do arredondamento da nota para serem aprovados, que é o caso da impetrante. A decisão combatida importou em alteração da ordem de classificação da impetrante, da posição 335ª para a 475ª, acarretando prejuízos quanto à ordem de convocação para a realização do Curso de Formação e quanto à classificação final (Decisão nº 850/2020, ID 16436166).



Deve prevalecer a decisão do TCDF. Em um primeiro momento, a Corte de Contas identificou que o Edital do certame, no item que previa a atribuição dos pontos das questões anuladas a todos os candidatos, descumpriu o art. 59 da Lei nº 4.949/2012, que dispõe “a anulação de questão objetiva implica ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público”, sendo procedida a devida readequação editalícia pela administração pública, em 19/12/2018, ou seja, em data anterior ao período de inscrições no certame, que ocorreu de 22/12/2018 a 24/01/2019, sem qualquer impugnação, em conformidade com a legislação aplicável à espécie e em resguardo aos princípios da vinculação ao instrumento convocatório, da segurança jurídica e do interesse público (ID 16435554, p. 1):

“DAS RETIFICAÇÕES 1.1. São retificados os subitens a seguir, do Edital Normativo nº 1, SEDESTMIDH, de 23 de novembro de 2018, publicado no DODF nº 225, terça-feira, 27 de novembro de 2018, página 54, que passam a vigorar com as seguintes redações: 1.1.1. É excluído o subitem 16.1, tendo em vista que sábado não é considerado dia útil para efeito deste concurso público, e excluída, pela mesma razão, a palavra "sábado" existente no subitem 1.8.1. 1.1.2. É inserido o subitem 4.15, com a seguinte redação: A nomeação de candidato com deficiência obedecerá ao estabelecido na Decisão Normativa nº 01/2018 - TCDF, publicada no DODF de 13.6.2018. 1.1.3. No subitem 14.8, onde se lê: Se, do exame dos recursos, resultar anulação de questões das provas objetiva e de verificação de aprendizagem (PVA), serão atribuídos os respectivos pontos a todos os candidatos, independentemente de o candidato ter recorrido. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, a prova será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo; leia-se: Se, do exame dos recursos, resultar anulação de questões das provas objetiva e de verificação de aprendizagem, será realizado o ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital do concurso público. Se houver alteração do gabarito oficial preliminar, por força de impugnações, a prova será corrigida de acordo com o gabarito oficial definitivo.”

Sucedendo que, implementada a retificação, após a aplicação da prova objetiva, os pontos das questões anuladas (2 em conhecimentos básicos e 4 em conhecimentos específicos) foram redistribuídos entre as questões válidas, que, conseqüentemente, passaram a valer mais, ou seja, de 2,0 para 2,22 pontos ($40 : 18 = 2,22$), na parte de conhecimentos gerais, e de 2,31 ($60 : 26 = 2,31$), na parte de conhecimentos específicos. Assim, o número mínimo de acertos exigidos para aprovação em conhecimentos básicos, passou a ser de 11 questões, 61,11% ($11 \times 2,22 = 24,42$ pontos), e de 16 questões, 61,6% ($16 \times 2,31 = 36,96$ pontos) em conhecimentos específicos, valores superiores ao mínimo exigido no edital para a aprovação - 60% de acertos (24 pontos em conhecimentos gerais e 36 em conhecimentos específicos) -.

Ao proceder a redução da nota mínima de aprovação de 11 para 10 questões ($10 \times 2,22 = 22,20$ pontos), em conhecimentos básicos, e de 16 para 15 questões ($15 \times 2,31 = 34,65$ pontos), em conhecimentos específicos, diante da impossibilidade de obtenção da exata pontuação mínima estabelecida, a Corte de Contas, no exercício da função fiscalizatória, nos termos do artigo 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal, aplicou o entendimento previsto no REsp 488004/PI, que objetivou readequar a imposição ao candidato de montante de acerto superior ao mínimo exigido no edital do certame, em observância aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade, como bem explicitado nas informações prestadas pela Banca Examinadora (IBRAE), nos autos do Mandado de Segurança nº 0711833-07.0.07.0000, ID 16062419:

"Com a aplicação da Fórmula estrita de ajuste proporcional, esse dispositivo editalício somente é aplicável integralmente quando não há questões anuladas. Nesse caso, haverá o número inteiro de 24 ou de 36 pontos. Havendo questões anuladas, é preciso que a interpretação seja sistemática e harmônica com o art. 59 da Lei 4.949/2012 e com o dispositivo editalício que aplica a Fórmula estrita de ajuste proporcional.

A aplicação da Fórmula estrita de ajuste proporcional cria, na espécie, uma situação fático-jurídica que não pode ser alcançada pelos candidatos, uma vez que, na hipótese de anulação de questões, jamais os candidatos alcançarão o número inteiro mínimo de 24 ou de 36 pontos. Não é correto que, por isso, a Banca Examinadora passe a exigir mais e a penalizar os candidatos, condicionando a sua aprovação a uma pontuação superior a prevista no Edital Normativo."



Frise-se que, em momento algum, a Corte de Contas invadiu o espaço reservado à Administração Pública na condução do mérito administrativo. A decisão combatida não versa sobre conteúdo de questões, critério de formulação ou correção, mas somente aplica a jurisprudência atinente à temática, que veda a exigência de número de pontos superior ao mínimo exigido no edital para a aprovação. Confira-se:

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO. EXIGÊNCIA DE LIMITE MÍNIMO DE 50% DE ACERTOS POR MATÉRIA EXAMINADA. IMPOSSIBILIDADE MATEMÁTICA DE OBTENÇÃO DESSE ESCORE, DIANTE DO NÚMERO ÍMPAR DE QUESTÕES FORMULADAS: 15 QUESITOS. ANÁLISE SOB A ÓTICA DA RAZOABILIDADE E DA INTERPRETAÇÃO MAIS FAVORÁVEL AO CANDIDATO, EM PROTEÇÃO DO PRECEITO DA BOA-FÉ OBJETIVA. AGRAVO INTERNO DO PARTICULAR PROVIDO PARA RESTABELECEER A SENTENÇA DE PRIMEIRO GRAU. 1. Este recurso deve ser analisado sob a ótica do princípio da razoabilidade e da diretriz que apregoa a maior favorabilidade à parte inferiorizada na relação processual, que norteiam a compreensão jurídica contemporânea, inspirada na maior proteção dos direitos da personalidade. 2. Neste caso, o Edital do certame previa o escore de 50% de acertos em cada matéria examinada, necessários para a aprovação em cada uma das disciplinas, estabelecendo que: Será eliminado do concurso o candidato que não obtiver pelo menos 50% (cinquenta por cento) de acertos em cada disciplina da prova objetiva ou 50% (cinquenta por cento) em cada questão da prova discursiva (Item 9.3). 3. No caso em comento, a prova de Raciocínio Lógico continha 15 questões, formulação que foi estabelecida pela própria Administração Pública, vindo daí a controvérsia acerca da exigência do percentual de 50% de acertos necessários para a aprovação, já que não se pode cogitar de nota fracionada (7,5), uma vez que cada um dos seus quesitos valia 1 ponto (1,0) infracionável. 4. Inicialmente, entendeu-se que, segundo a estrita observância do Edital, o candidato estaria reprovado, porquanto não alcançou a pontuação 7,5, mas apenas a pontuação 7, na disciplina de Raciocínio Lógico. 5. Entretanto, diante das esclarecedoras razões trazidas no Agravo Interno, é possível concluir que o candidato, ora agravante, foi eliminado do certame por não ter atingido 8 acertos, na prova de Raciocínio Lógico, que continha 15 questões. Esta situação, no entanto, geraria uma consequência desequilibradora contra ele e a favor da Administração, porquanto a exigência de 8 acertos elevaria o seu escore de aprovação para 53,33%, muito mais do que 50%, contrariando frontalmente o próprio edital no item 9.3, que estabelecia a exigência de (50%) de acerto das questões. 6. Assim, diante da impossibilidade de obtenção do percentual mínimo exigido no Edital, pois seria necessário que o candidato acertasse 7,5 questões, não se pode adotar entendimento que lhe seja desfavorável, arredondando o número de acertos para cima, já que inexiste tal previsão no edital. 7. Como se observa, aqui não se há de falar em violação ao princípio da vinculação ao instrumento convocatório, mas sim na utilização dos princípios da razoabilidade e proporcionalidade para fazer efetivação à garantia do ora agravante à participação na próxima etapa do concurso. Conheço, reverencio e sigo a orientação deste STJ e da doutrina jusadministrativista que apregoam, até com palavras altissonantes, a prevalência das regras editalícias, sendo usual que alguns juristas excelsos rememorem o conceito que o Professor Hely Lopes Meirelles expressava sobre os termos do Edital no concurso, dizendo ser ele (o Edital) a lei interna do certame. 8. No entanto, neste caso, cabe destacar que não se questiona a subjetividade dos critérios fixados no Edital para o concurso, o que, sem dúvida, refere-se ao mérito administrativo, que somente cairia sobre a sindicabilidade judicial se configurasse excesso, abuso ou teratologia, mas este não é o caso. Esta questão se resolve, com simplicidade, apenas interpretando a regra editalícia em desfavor de quem a formulou, no caso, a Administração Pública, pois foi dela a iniciativa e a decisão de estabelecer a prova de Raciocínio Lógico com número ímpar de quesitos. 9. Dessa forma, em caso assim, vê-se, claramente, que a solução do dissídio não encontra equacionamento na positividade do Edital, daí ser inevitável que o juízo se abastone nos princípios gerais do Direito, especialmente nos valores da isonomia, da razoabilidade e da proporcionalidade entre as coisas, porquanto a razão positiva não o socorre na elaboração de sua justa decisão. 10. Frente a tais considerações, pode-se concluir que impactou o princípio da razoabilidade o procedimento adotado pela Administração Pública, em exigir do candidato percentual de acertos superior ao mínimo previsto pelo edital, ou seja, 53,33%, superior a 50%. Precedente que abona esta tese: Conforme precedente desta Corte, é ilegal a reprovação de candidato que não obtém percentual mínimo de aprovação previsto no regulamento do certame, em razão do número de questões formuladas (REsp. 488.004/PI, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ 25.4.2005). 11. Pelo exposto, dá-se provimento ao Agravo Interno do particular, restabelecendo-se a sentença de primeiro grau. (AgInt no REsp 1392816/PE, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, PRIMEIRA TURMA, julgado em 15/08/2017, Dje 15/09/2017) (Negritei).



A propósito, outro julgado do STJ: “A jurisprudência desta Corte Superior é pacífica no sentido de que as regras editalícias, consideradas em conjunto como verdadeira lei interna do certame, vinculam tanto a Administração como os candidatos participantes. Desse modo, o concurso público deverá respeitar o princípio da vinculação ao edital.” Nesse sentido: AgRg no REsp 1307162 / DF, SEGUNDA TURMA, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, julgado em 27/11/2012, DJe 05/12/2012; AgInt no REsp 1630371/AL, Rel. Ministro Francisco Falcão, SEGUNDA TURMA, julgado em 05/04/2018, DJe 10/04/2018.

Acresço às razões de decidir os bem lançados fundamentos do Parecer da Procuradora-Geral de Justiça, Dra. Fabiana Costa Oliveira Barreto (ID 18572610): ...

Como se vê, diante da impossibilidade de obtenção do percentual mínimo de pontos exigidos pelo edital, em razão de valor fracionado, não seria adequada a adoção de entendimento desfavorável aos demais candidatos, arredondando o número de acertos para cima, razão pela qual não há falar em ilegalidade na decisão proferida pela Corte de Contas, porquanto privilegiou-se a solução que melhor atende ao interesse público, ao possibilitar a extensão do critério de ajuste proporcional de notas à pontuação mínima exigida, com o arredondamento para baixo dos pontos necessários, o mais próximo do número exigido no edital, considerando, ainda, a permanência no certame do maior número de candidatos.

Registre-se, ainda, que a decisão do TCDF foi objeto do processo nº 0762456-61.2019.8.07.0016, no 2º Juizado Especial da Fazenda Pública, com trânsito em julgado em 14/03/2020, tendo ali o juízo firmado o entendimento de que “a adoção do sistema proporcional não decorre apenas de decisão do Tribunal de Contas do Distrito Federal, mas, principalmente, de disposição expressa em lei”.

Pelo exposto, denego a segurança, mantendo incólume a decisão nº 850/2020- TCDF.

Custas pela impetrante. Sem honorários (Súmula 512 do STF e Súmula 105 do STJ).

É o voto”.

Acresça-se ser preponderante esse entendimento neste Conselho Especial. É conferir:

DIREITO ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. AGRAVO INTERNO. CONCURSO PARA PROVIMENTO DE CARGOS DE AGENTE SOCIAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DF - SEDES/DF. DECISÃO DO TCDF. CONEXÃO. IMPROCEDÊNCIA DA REDISTRIBUIÇÃO DOS AUTOS. PRELIMINAR DE ILEGITIMIDADE PASSIVA DA SECRETÁRIA DA SEDES/DF ACOLHIDA. CLÁUSULA DE BARREIRA. PONTUAÇÃO MÍNIMA EXIGIDA NA PROVA OBJETIVA. ANULAÇÃO DE QUESTÕES. AJUSTE PROPORCIONAL AO SISTEMA DE PONTUAÇÃO. NOTA FRACIONADA. IMPOSSIBILIDADE MATEMÁTICA DE ALCANCE EXATO DA NOTA DE CORTE. ARREDONDAMENTO PARA BAIXO. DECISÃO PROPORCIONAL, RAZOÁVEL E ISONÔMICA DO TCDF. AUSÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO. SEGURANÇA DENEGADA. AGRAVO INTERNO PREJUDICADO. 1. Analisa-se conjuntamente o mandado de segurança e o agravo interno interposto contra decisão monocrática que indeferiu o requerimento liminar, pois as questões deduzidas no recurso são repetição da matéria debatida na ação constitucional principal, em atenção ao princípio da economia processual. 2. Conquanto haja identidade de causa de pedir e pedido, se o impetrante é diferente não se justifica a reunião, para julgamento conjunto, dos mandados de segurança impetrados por diversos candidatos do concurso público, uma vez que cada um logrou atingir classificação diversa e, igualmente, pode ser atingido de formas distintas pelo ato impugnado, razão pela qual cada caso deve ser analisado individualmente. 3. De acordo com a jurisprudência, o mero executor da decisão tomada por Tribunal de Contas não detém legitimidade ad causam para figurar no polo passivo do mandado de segurança, uma vez que eventual correção do ato impugnado não está no âmbito de seu poder decisório, e, portanto, deve ser excluído do feito. 4. A função fiscalizatória do Tribunal de Contas sobre a admissão de pessoal abarca a prerrogativa de exame da legalidade do edital e demais atos referentes ao concurso



público para provimento de cargos efetivos, a fim de conferir maior eficiência no julgamento sobre a admissão de pessoa e de prevenir possível negativa do registro do ato admissional, se constatadas irregularidades. 5. O Superior Tribunal de Justiça possui precedente de que "é ilegal a reprovação de candidato que não obtém percentual mínimo de aprovação previsto no regulamento do certame, em razão do número de questões formuladas" (REsp. 488.004/PI, Rel. Min. PAULO GALLOTTI, DJ 25.4.2005). 6. Igual interpretação merece aplicação para o caso de, em decorrência da anulação de questões da prova objetiva do concurso, tenha se tornado matematicamente inatingível o alcance exato da nota de corte mínima para classificação para as novas fases do certame, sendo razoável, proporcional e isonômico o arredondamento para baixo do número de acertos, em vez da criação indevida de exigência superior à prevista no edital do certame. 7. Preliminar de ilegitimidade passiva da Secretária da SEDES/DF acolhida. Segurança denegada. Agravo interno prejudicado. ([Acórdão 1292856](#), 07126723220208070000, Relator: WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR, Conselho Especial, data de julgamento: 29/9/2020, publicado no DJE: 28/10/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

MANDADO DE SEGURANÇA. PRELIMINAR. CONEXÃO. LITISCONSÓRCIO ATIVO FACULTATIVO. CONCURSO PÚBLICO. TÉCNICO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL. AGENTE SOCIAL. DECISÃO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. ADEQUAÇÃO ÀS REGRAS DO EDITAL DO CERTAME. PRINCÍPIOS DA RAZOABILIDADE E DA PROPORCIONALIDADE. PRECEDENTES DO STJ. DENEGAÇÃO DA SEGURANÇA.

Embora haja a conexão, o julgamento do mérito da demanda não depende da formação de litisconsórcio ativo, nos termos do art. 113 do CPC, que determina que "duas ou mais pessoas podem litigar em conjunto no mesmo processo", e não que elas devam fazê-lo. Além disso, o STJ já definiu que a reunião dos processos não constitui dever do magistrado, mas sim faculdade, cabendo a ele deliberar pela conveniência do direcionamento da marcha processual.

Na espécie, diante da impossibilidade de obtenção do percentual mínimo de pontos exigidos pelo edital do certame, em razão de valor fracionado, adequada a decisão da Corte de Contas que estendeu o critério de ajuste proporcional de notas à pontuação mínima para a aprovação, com o arredondamento para baixo dos pontos necessários, o mais próximo do número exigido em edital, considerando a permanência no certame do maior número de candidatos. Entendimento em conformidade com a legislação e a jurisprudência aplicáveis à espécie, em resguardo aos princípios da razoabilidade e da proporcionalidade. Precedentes do STJ. Segurança denegada. ([Acórdão 1291958](#), 07142737320208070000, Relator: MARIO MACHADO, Conselho Especial, data de julgamento: 20/10/2020, publicado no PJe: 22/10/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE TÉCNICO EM ASSISTÊNCIA SOCIAL DA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL. CARREIRA ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL. OBJETO. DECISÃO COLEGIADA ORIGINÁRIA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. ACOLHIMENTO DE REPRESENTAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS. ANULAÇÃO DE QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA. CRITÉRIO DE CORREÇÃO. FÓRMULA DE CONTAGEM DOS PONTOS DAS QUESTÕES ANULADAS. AJUSTE PROPORCIONAL. DILUIÇÃO ENTRE AS QUESTÕES PRESERVADAS. PREVISÃO EDITALÍCIA LEGAL (LEI DISTRITAL Nº 4.949/2012, ART. 59). APLICAÇÃO DE SISTEMÁTICA DIVERSA. REVISÃO. DETERMINAÇÃO DA CORTE DE CONTAS. PRINCÍPIO DA VINCULAÇÃO AO EDITAL, DA SEGURANÇA JURÍDICA, DA IMPESSOALIDADE, DA LEGALIDADE, DA MORALIDADE E DA BOA-FÉ OBJETIVA. ILEGALIDADE AUSENTE. VIOLAÇÃO A DIREITO SUBJETIVO DE CONCORRENTE. INEXISTENTE. AÇÃO DE SEGURANÇA. COMPOSIÇÃO PASSIVA. AUTORIDADE IMPETRADA. PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DISTRITO FEDERAL - TCDF/DF. INSERÇÃO DE SECRETARIA DE ESTADO NA COMPOSIÇÃO DO MANDAMUS. ILEGITIMIDADE. AFIRMAÇÃO. AUTORIDADE ALHEIA AO ATO IMPUTADO E DESPROVIDA DE PODERES PARA REVÊ-LO OU LEGITIMAÇÃO PARA RESPONDER POR SEUS EFEITOS.



CARÊNCIA DE AÇÃO. AFIRMAÇÃO. CONEXÃO. SUBSISTÊNCIA DE PLURALIDADE DE AÇÕES COM COMPOSIÇÃO ATIVA DIVERSA. AUSÊNCIA DO VÍNCULO. MATÉRIA DE DIREITO IDÊNTICA. REUNIÃO. IMPOSSIBILIDADE. LITISCONSÓRCIO PASSIVO NECESSÁRIO. CANDIDATOS PASSÍVEIS DE SEREM AFETADOS PELA ORDEM. INEXISTÊNCIA. PRELIMINARES REJEITADAS. DECADÊNCIA AO DIREITO À AÇÃO MANDAMENTAL. PRAZO. IMPLEMENTO. INOCORRÊNCIA. PREJUDICIAL DE MÉRITO REFUTADA. PEDIDO MANDAMENTAL REJEITADO. ORDEM DENEGADA. 1. O mandado

de segurança consubstancia instrumento processual de gênese constitucional que tem por objetivo tutelar direito líquido e certo já vulnerado ou que esteja na iminência de o ser por ato ilegal ou abusivo de autoridade, compreendendo o ato ilegal impugnável pela via mandamental conduta ilegítimamente praticada por autoridade pública, que encerra pressuposto de procedibilidade, inclusive porque a concessão da ordem terá por objeto compeli-la a retificar o ato ilegal individualizado. 2. Estando a impetração direcionada a arrostar o ato de efeito concreto emanado de provimento colegiado do Tribunal de Contas do Distrito Federal, que, no exercício do controle de legalidade dos atos de admissão de pessoal, determinara que a banca realizadora de certame público observasse a fórmula legalmente estabelecida de ajuste de pontos no caso de invalidação de questões objetivas, não subsiste ato concreto atribuível à Secretaria de Estado que deflagrara o concurso, delegando, contudo, sua realização a entidade contratada para executá-lo, tornando-a parte ilegítima para integrar a composição passiva do mandamus, pois, a par de não ter praticado o ato acoimado de ilegal, não está revestido de poderes para revê-lo. 3. A angularidade passiva da ação de segurança deve ser composta pela autoridade que está

revestida de competência para praticar ou ordenar concreta e especificamente a execução ou inexecução do ato impugnado e sua revisão, respondendo pelas suas consequências administrativas, decorrendo dessa apreensão que, se o ato reputado ilegal não se insere na órbita da competência da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social, que, ademais, não tem poderes para revê-lo, pois emanado da Corte de Contas, somente a presidente do tribunal de controle está revestida de legitimação para compor a posição passiva do mandamus. 4. O instituto da conexão encerra simples regra de direcionamento processual volvido a otimizar o procedimento, privilegiar a celeridade processual e prevenir a prolação de decisões conflitantes envolvendo lides identificadas por convergência de objetos e causas de pedir e de composição subjetiva, inexistindo suporte material apto ao seu reconhecimento quando, a despeito de ostentarem idêntico pedido e causa de pedir, as relações jurídicas tratadas em ações distintas não encerram a mesma composição subjetiva, podendo a identificação de entendimento sobre a mesma matéria de direito, se o caso, ser demandada via dos instrumentos adequados, notadamente o incidente de resolução de demandas repetitivas, mas não ensejar o reconhecimento da conexão. 5. Consoante se afere da sistemática processual orientada pelo princípio do juiz natural, ainda que subsistam ações com composição subjetiva diversa, mas versando sobre a mesma matéria de direito, não subsiste lastro para o reconhecimento da conexão, pois o objeto das lides, pautado pela integração subjetiva, é distinto, e, ainda que subsista a possibilidade de advento de decisões diversas sobre a mesma questão de direito que enlaçara mais de um legitimado ativo ou passivo, não subsiste conexão, encerrando a possibilidade de soluções diversas componente inerente ao sistema processual, devendo a harmonização de entendimentos ser promovida via dos instrumentos próprios. 6. Inexiste litisconsórcio necessário

entre candidatos de concurso público quando um deles pretende rever a classificação obtida ou a forma de correção das provas, ainda que a prestação possa alterar a classificação de outros concorrentes, à medida em que a relação jurídica controvertida fora estabelecida exclusivamente entre o autor e a administração pública, e os demais concorrentes, caso acolhida a pretensão mandamental, somente serão afetados reflexamente, tornando inviável o reconhecimento de comunhão de direitos ou de obrigações indispensável ao reconhecimento de situação apta a deflagrar a necessidade de formação de litisconsórcio. 7. Derivando o direito subjetivo invocado do concurso no qual a impetrante se inscrevera e no qual obtivera aprovação com classificação posterior ao do número de vagas oferecido, o prazo decadencial incidente sobre o direito ao manejo da via mandamental para obtenção da prestação almejada, volvida a ser modulada a forma de correção e pontuação das provas objetivas, tem como termo inicial a data da expiração do prazo de validade do certame seletivo, emergindo dessa certeza a constatação de que, aviada a pretensão mandamental no fluxo do prazo de validade do concurso, não se implementar o prazo de caducidade incidente na espécie. 8. Aferido que o critério de correção e pontuação utilizado pela banca examinadora não encontrava amparo na previsão editalícia que tratara da matéria, dela dissentindo, pois havia simplesmente agregado os pontos pertinentes às questões anuladas a todos os concorrentes, quando deveria, consoante o previsto no instrumento convocatório e na lei de regência - Lei Distrital nº 4.949/12, art. 59 -, serem diluídos os pontos pertinentes às questões invalidadas

regência - Lei Distrital nº 4.949/12, art. 59 -, serem diluídos os pontos pertinentes às questões invalidadas



em todas as questões preservadas, afigura-se legítima e legal, pois descerra simples controle de legalidade do sistema de admissão, a decisão originária do Tribunal de Contas do Distrito Federal que, acolhendo representação formulada pelo Ministério Público de Contas, determina à banca examinadora que faça nova correção segundo os critérios estabelecidos, com a divulgação de novo resultado dos aprovados. 9. O ajuste proporcional do sistema de pontuação decorrente de anulação de questão de prova objetiva, ensejando o rateio dos pontos pertinentes à questão anulada entre as validadas, tem por finalidade impedir que da anulação decorra incremento no nível de dificuldade da prova, evitando-se que haja pontualmente prejuízo ou benefício a concorrentes, pois, distribuída a pontuação das questões anuladas, a pontuação refletirá o desempenho global dos candidatos, o que legitima a decisão da Corte de Contas que, no controle de legalidade do concurso, determinara que a regulação editalícia e legal fossem aplicadas na correção das provas objetivas, com a distribuição da pontuação pertinente às questões anuladas na forma estabelecida (Lei nº 4.949/12, art. 59), inviabilizando o reconhecimento de violação a direito líquido e certo de concorrente, ainda que afetado pelo decidido. 10. Mandado de segurança conhecido. Preliminar de ilegitimidade passiva ad causam da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social suscitada e acolhida de ofício. Preliminares de conexão e necessidade de litisconsorte passivo necessário rejeitadas. Prejudicial de mérito refutada. Segurança denegada. Agravo interno prejudicado. Maioria.

([Acórdão 1291743](#), 07121258920208070000, Relator: TEÓFILO CAETANO, Conselho Especial, data de julgamento: 29/9/2020, publicado no DJE: 21/10/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. REUNIÃO DE PROCESSOS. CONEXÃO INEXISTENTE. SECRETÁRIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DF. ILEGITIMIDADE PASSIVA. ACOLHIDA. TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. DECISÃO Nº 850/2020. ILEGALIDADE E ABUSIVIDADE. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. 1. Não há falar em prevenção a ensejar a reunião de todos os processos, porquanto inexistente a necessária conexão, seja em face dos diferentes autores bem como, em alguns casos, das autoridades impetradas. 2. Constatado que o ato apontado como coator é decisão emanada do Tribunal de Contas do DF, sendo a Secretária de Estado apenas executora da deliberação do órgão fiscalizador, para o qual, inclusive, há expressa cominação legal de pena administrativa, resta patente a ilegitimidade passiva da Secretária do SEDES/DF. 3. Nos termos do art. 5º, inciso LXIX, da Constituição da República, e do art. 1º da Lei nº 12.016/2009, o mandado de segurança visa proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. 4. Não há falar em ilegalidade ou abusividade na atuação do Tribunal de Contas do DF em razão de provocação do Ministério Público, diante da constatação que a metodologia adotada pela banca examinadora na atribuição dos pontos em face das questões anuladas, estava em desconformidade com as disposições da Lei nº 4.949/2012. 5. O candidato que se inscreve em concurso público se submete às normas legais que regem o certame, às disposições editalícias específicas do concurso que está realizando, aí incluídas eventuais retificações que se fizerem necessárias durante o processo seletivo. Por força das disposições constitucionais e legais, atinentes à competência do órgão de controle externo, o participante de concurso público também está submetido às decisões do Tribunal de Contas no exercício do controle externo do processo seletivo. 6. A nova fixação proporcional da pontuação mínima para não eliminação do candidato com o arredondamento da pontuação feito para baixo está em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, consoante já manifestado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça (REsp 488.004/PI e AgInt no REsp 1392816/PE). 7. Pedido de reunião de processo indeferido. Preliminar de ilegitimidade passiva da Secretária da SEDES/DF acolhida. Mandado de segurança conhecido, ordem denegada. ([Acórdão 1289418](#), 07152099820208070000, Relator: LEILA ARLANCH, Conselho Especial, data de julgamento: 29/9/2020, publicado no PJe: 14/10/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. CARGO DE ESPECIALISTA EM ASSISTÊNCIA SOCIAL - CARREIRA PÚBLICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO DF. DECISÃO



DO TRIBUNAL DE CONTAS DO DF. DIVULGAÇÃO DE NOVO RESULTADO PRELIMINAR. OBSERVÂNCIA À LEI E AO EDITAL. COMPETÊNCIA DA CORTE DE CONTAS. INVASÃO DO MÉRITO ADMINISTRATIVO. INTERFERÊNCIA DO CRITÉRIO DE CORREÇÃO. INEXISTÊNCIA. CONTROLE DE LEGALIDADE E DA VINCULAÇÃO DO ATO AO EDITAL. AUSÊNCIA DE ILEGALIDADE OU ABUSO DE PODER. I - De acordo com a interpretação finalística dos arts. 71, III, e 75, ambos da Constituição Federal, do art. 78, III, da LODF e do art. 1º, III e XIV, da LCD nº 1/1994, extrai-se que o Tribunal de Contas do Distrito Federal tem competência para fiscalizar todas as fases de concurso para provimento de cargos públicos na esfera local. II - A decisão do Tribunal de Contas que, ao verificar que a banca examinadora não realizou o ajuste proporcional previsto no art. 59 da Lei Distrital nº 4.949/2012 e no edital do concurso, determina a divulgação de novo resultado preliminar, com a devida observância a tais normativos, não representa invasão ao mérito administrativo e tampouco indevida interferência em critério de correção e avaliação. Trata-se, apenas, de exercício do controle da legalidade do ato e da vinculação deste ao edital. III - Impetração conhecida. Segurança denegada. (Acórdão 1274975, 07263548820198070000, Relator: NILSONI DE FREITAS CUSTODIO, Conselho Especial, data de julgamento: 25/8/2020, publicado no PJe: 1/9/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.).

Pelo exposto, peço vênica ao eminente relator e denego a segurança. Custas pela impetrante. Sem honorários (Súmula 512 do STF e Súmula 105 do STJ).

É o voto.

O Senhor Desembargador CRUZ MACEDO - 5º Vogal

Com a divergência.

O Senhor Desembargador WALDIR LEÔNCIO LOPES JÚNIOR - 6º Vogal

Com a divergência

O Senhor Desembargador HUMBERTO ULHÔA - 7º Vogal

Com a divergência

O Senhor Desembargador J. J. COSTA CARVALHO - 8º Vogal

Com o relator

A Senhora Desembargadora SANDRA DE SANTIS - 9º Vogal

Presentes os pressupostos, admito o *writ*.

Insurge-se CORA CORALINA VIANA NASCIMENTO contra ato praticado pela PRESIDENTE do TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL “*e por conseguinte a SECRETARIA DE ESTADO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DISTRITO FEDERAL*” por autorizar a banca examinadora a realizar o arredondamento para baixo do número de questões necessárias para aprovação na prova objetiva do concurso público para o cargo de Técnico em Assistência Social da Carreira Pública de Assistência Social do DF, na especialidade Agente Social, regido pelo Edital 1 – SEDESTIMIDH, de 27/11/2018.

A impetrante argumenta, em síntese, que, com a determinação do TCDF de arredondar, para baixo, o número de questões necessárias à aprovação dos candidatos na prova objetiva, teve sua classificação alterada, o que lhe acarretou prejuízo no certame. Sustenta a ilegalidade da decisão, por violar o artigo 59 da Lei Distrital 4.949/2012 e o item 11.3 do edital do concurso. Afirma que a Corte de Contas adentrou indevidamente ao mérito administrativo.

Liminar parcialmente deferida para que a impetrante participasse do curso de formação até o julgamento do mérito (ID 16085858).



O Distrito Federal requereu o ingresso no feito e interpôs agravo interno da decisão (ID 163923590). Também juntou as informações prestadas pela Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do DF (ID 16555168), em que foi suscitada a preliminar de ilegitimidade passiva da SEDES e, no mérito, postulada a denegação da ordem.

A Secretaria de Desenvolvimento Social do DF pugnou pela exclusão do polo passivo e a denegação da segurança (ID 16605864).

O Instituto Brasil de Educação – IBRAE solicitou o ingresso no processo na condição de *amicus curiae* (ID 16062424), o que foi indeferido pelo e. Relator (ID 16085858).

A Presidente do TCDF prestou informações e juntou cópia das decisões daquela Corte (ID 16644717).

Na sessão do dia 21/7/2020, o Conselho Especial deu provimento ao agravo interno para reformar a decisão liminar (Acórdão 1266821).

A Procuradoria de Justiça oficiou pela reunião dos processos e julgamento em conjunto com os demais Mandados de Segurança interpostos contra a Decisão nº 850/2020 – TCDF e pela ilegitimidade passiva da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do DF. No mérito, requereu a denegação da ordem (ID 19531276).

PRELIMINARES

Pertinente o ingresso do Distrito Federal no feito, pois uma das autoridades apontadas coatoras - Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do DF - é lotada em órgão de gestão da administração pública do Governo do Distrito Federal. Evidente o interesse do DF.

Quanto à legitimidade da SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DF, concordo com o e. Relator. A autoridade não teve responsabilidade na edição do ato impugnado, apenas executou a decisão do TCDF. Portanto, deve ser excluída do polo passivo do *writ*.

Da mesma forma, entendo desnecessária a reunião dos processos que tratam do tema em discussão. O julgamento das ações em conjunto não é obrigatório. Cabe ao magistrado analisar a conveniência da medida.

MÉRITO

Ao Poder Judiciário é defeso efetuar a reanálise do mérito do ato administrativo. O controle judicial está restrito ao exame da legalidade, de desvio ou abuso de poder.

A Constituição Federal, no artigo 71, estabelece que o controle externo realizado pelo Congresso Nacional será exercido com o auxílio do Tribunal de Contas da União, cuja competência inclui “*apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público*”. Tal regramento é aplicável aos Tribunais de Contas dos Estados e do DF (art. 75, CF).

A Lei Orgânica do DF repetiu o comando constitucional:

Art. 78. O controle externo, a cargo da Câmara Legislativa, será exercido com auxílio do Tribunal de Contas do Distrito Federal, ao qual compete:



(...)

III - apreciar, para fins de registro, a legalidade dos atos de admissão de pessoal, a qualquer título, na administração direta e indireta, incluídas as fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, excetuadas as nomeações para cargo de provimento em comissão, bem como a das concessões de aposentadorias, reformas e pensões, ressalvadas as melhorias posteriores que não alterem o fundamento legal do ato concessório;

A decisão do TCDF referiu-se à irregularidade no critério adotado pela banca examinadora na distribuição de pontos de questões anuladas, pela inobservância da Lei Distrital 4.949/2012. Inegável que o concurso público, meio de acesso a provimento de cargo público, constitui ato passível de controle pelo Tribunal de Contas.

Extraí-se dos autos que o edital de inauguração do concurso não havia adotado os critérios estabelecidos no artigo 59 da Lei Distrital 4.949/2012, circunstância que deu ensejo à retificação do subitem 14.8 do Edital 01/SEDESTIMIDH, para adequá-lo ao dispositivo legal e determinar, para os casos de anulação de questões, “*o ajuste proporcional ao sistema de pontuação previsto no edital*”. A alteração editalícia foi publicada no DODF de 19/12/2018, antes do início das inscrições, portanto, de conhecimento dos candidatos.

Após a aplicação da prova objetiva e a distribuição proporcional dos pontos das questões anuladas para as questões válidas, o número mínimo de acertos necessários para aprovação no certame passou a ser superior ao percentual de 60% (sessenta por cento) exigido no edital, em razão do valor fracionado das questões.

Por isso, o TCDF, ao analisar diversos pedidos de reexame da contagem dos pontos, no exercício da função fiscalizatória estabelecida no artigo 78 da LODF, considerou regular o arredondamento para baixo do número de acertos (Decisão 850/2020), conforme entendimento adotado pelo Superior Tribunal de Justiça (REsp 488004/PI).

A decisão do TCDF foi razoável, pois o arredondamento para cima do número de acertos provocaria a eliminação de diversos candidatos. Ao arredondar para baixo os pontos necessários para aprovação, chegou-se a número mais próximo àquele previsto no edital e possibilitou-se a permanência no certame do maior número de candidatos. A solução observou a proporcionalidade exigida no artigo 59 da Lei Distrital 4.949/2012 e atendeu ao interesse público.

Em caso análogo, confira o precedente:

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. MANDADO DE SEGURANÇA. CONCURSO PÚBLICO. AGRAVO INTERNO. PREJUDICADO. REUNIÃO DE PROCESSOS. CONEXÃO INEXISTENTE. AMICUS CURIAE. IBRAE. INDEFERIDA. SECRETÁRIA DE ESTADO DESENVOLVIMENTO SOCIAL DO DF. ILEGITIMIDADE PASSIVA. ACOLHIDA. TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL. DECISÃO Nº 850/2020. ILEGALIDADE E ABUSIVIDADE. INOCORRÊNCIA. ORDEM DENEGADA. 1. Considerando que o acórdão que julga o mandado de segurança suplantará a decisão monocrática liminar impugnada pelo agravo interno e que a decisão colegiada tem cognição mais abrangente do que o exame dos pressupostos para a pretensão antecipatória de mérito, a pretensão do recurso interposto pela impetrante resta prejudicada. 2. Não há falar em prevenção a ensejar a reunião de todos os processos, porquanto inexistente a necessária conexão, seja em face dos diferentes autores bem como, em alguns casos, das autoridades impetradas. 3. Não resta evidenciada a relevância da matéria, a especificidade do tema objeto da demanda ou a repercussão social da controvérsia a justificar a participação do IBRAE, organizadora do certame, mormente quando, mesmo em caso de eventual concessão da segurança ao impetrante, não possui o condão de alterar o resultado em relação a outros cargos do mesmo certame, mas tão somente irradia seus efeitos nos estritos limites subjetivos da lide, nos termos da petição inicial da impetração. 4.



Constatado que o ato apontado como coator é decisão emanada do Tribunal de Contas do DF, sendo a Secretária de Estado apenas executora da deliberação do órgão fiscalizador, para o qual, inclusive, há expressa cominação legal de pena administrativa, resta patente a ilegitimidade passiva da Secretária do SEDES/DF 5. Nos termos do art. 5º, inciso LXIX, da Constituição da República, e do art. 1º da Lei nº 12.016/2009, o mandado de segurança visa proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, sempre que, ilegalmente ou com abuso de poder, qualquer pessoa física ou jurídica sofrer violação ou houver justo receio de sofrê-la por parte de autoridade, seja de que categoria for e sejam quais forem as funções que exerça. 6. Não há falar em ilegalidade ou abusividade na atuação do Tribunal de Contas do DF em razão de provocação do Ministério Público, diante da constatação que a metodologia adotada pela banca examinadora na atribuição dos pontos em face das questões anuladas, estava em desconformidade com as disposições da Lei nº 4.949/2012. 7. O candidato que se inscreve em concurso público se submete às normas legais que regem o certame, às disposições editalícias específicas do concurso que está realizando, aí incluídas eventuais retificações que se fizerem necessárias durante o processo seletivo. Por força das disposições constitucionais e legais, atinentes à competência do órgão de controle externo, o participante de concurso público também está submetido às decisões do Tribunal de Contas no exercício do controle externo do processo seletivo. 8. A nova fixação proporcional da pontuação mínima para não eliminação do candidato com o arredondamento da pontuação feito para baixo está em conformidade com os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade, consoante já manifestado pelo colendo Superior Tribunal de Justiça (REsp 488.004/PI e AgInt no REsp 1392816/PE) 9. Agravo interno prejudicado. Pedido de reunião de processo e de intervenção de amicus curiae indeferidos. Preliminar de ilegitimidade passiva da Secretária da SEDES/DF acolhida. Mandado de segurança conhecido, ordem denegada.

(Acórdão 1300169, 07117941020208070000, Relator: LEILA ARLANCH, Conselho Especial, data de julgamento: 17/11/2020, publicado no DJE: 24/11/2020. Pág.: Sem Página Cadastrada.)

Não vislumbro qualquer irregularidade na decisão do TCDF.

Peço vênia ao e. Relator para denegar a ordem.

A Senhora Desembargadora ANA MARIA AMARANTE - 10º Vogal

Com o relator

O Senhor Desembargador JAIR SOARES - 11º Vogal

Com o relator

O Senhor Desembargador MARIO-ZAM BELMIRO - 12º Vogal

Com a divergência

A Senhora Desembargadora NILSONI DE FREITAS CUSTODIO - 13º Vogal

Com a divergência.

O Senhor Desembargador JESUINO RISSATO - 14º Vogal

Com o relator

O Senhor Desembargador ROBERTO FREITAS - 15º Vogal

Com o relator

O Senhor Desembargador ALFEU MACHADO - 16º Vogal

Com o relator

DECISÃO

Acolhida a preliminar de ilegitimidade passiva da Secretária de Estado de Desenvolvimento Social do DF e rejeitada a preliminar de conexão, à unanimidade, no mérito denegada a segurança. Maioria. Redigirá o acórdão a eminente Des^a. Leila Arlanch.

